

ENTRE A FORMALIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO ESTATÍSTICA: UMA LEITURA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS EM GUATAMBU-SC

Between Formalization and Statistical Representation: An Analysis of Rural Family Agroindustries in Guatambu-SC

Andressa Morgan^a, Alessandra Matte^b, Melina Franco Coradini^c

^aUniversidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), andressamorgan@alunos.utfpr.edu.br, ORCID: 0009-0006-4974-1610

^bUniversidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), amatte@utfpr.edu.br, ORCID: 0000-0002-0502-6643

^cUniversidade Federal de Rondônia (Unir), melina.franco@unir.br, ORCID: 0000-0001-7351-0237

RESUMO

Este artigo investiga as divergências entre os dados do Censo Agropecuário do IBGE e os registros do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) relativos às agroindústrias familiares rurais no município de Guatambu, em Santa Catarina. A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter exploratório, fundamentada na análise documental e no cruzamento de dados secundários provenientes do IBGE (Censos de 2006 e 2017) e do Cadastro Econômico Municipal de Empresas Ativas da Prefeitura de Guatambu (2024). Os resultados revelaram diferenças significativas entre o número de agroindústrias familiares contabilizadas pelas duas fontes: enquanto o IBGE adota critérios baseados na atividade produtiva agroindustrial no interior do estabelecimento rural, os municípios utilizam o CNPJ como critério formal de reconhecimento da atividade econômica. Essas inconsistências comprometem o retrato estatístico das agroindústrias familiares, gerando desafios não apenas para a formulação de políticas públicas eficazes, mas também para o acesso a financiamentos, participação em programas institucionais de compras públicas, elaboração de estratégias de desenvolvimento territorial e reconhecimento da importância socioeconômica dessas unidades produtivas. A subnotificação e a ausência de critérios padronizados de registro também dificultam a construção de diagnósticos precisos, capazes de orientar ações integradas de apoio à agricultura familiar. A principal contribuição do estudo está em evidenciar a lacuna entre visibilidade estatística e formalização jurídica, propondo maior integração entre as bases de dados e a construção de parâmetros comuns entre os órgãos municipais e federais.

Palavras-chave: Agroindústria; Formalização Jurídica; Dados Estatísticos; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This article examines the discrepancies between data from the IBGE Agricultural Census and records from the National Register of Legal Entities (CNPJ) regarding rural family-based agro-industries in the municipality of Guatambu, Santa Catarina. The study adopts a qualitative and exploratory approach, relying on document analysis and cross-referencing secondary data from the IBGE (2006 and 2017 Censuses) and Guatambu's Municipal Economic Registry of Active Enterprises (2024). The findings reveal significant differences in the number of family agro-industries reported by the two sources: while the IBGE employs criteria based on agro-industrial productive activities within rural establishments, municipalities use CNPJ registration as the formal criterion for recognizing economic activity. These inconsistencies undermine the statistical representation of family agro-industries, posing challenges not only for the design of effective public policies but also for access to financing, participation in institutional public procurement programs, the development of territorial strategies, and the recognition of their socioeconomic importance. Underreporting and the lack of standardized registration criteria further hinder the formulation of accurate diagnostics, which are essential for integrated support initiatives for family farming. The study's key contribution lies in highlighting the gap between statistical visibility and legal formalization, advocating for improved database integration and the establishment of common parameters between municipal and federal agencies.

Keywords: Family Agro-industry; Legal Formalization; Statistical Data; Rural Development.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do embate entre a pluralidade de definições da agroindústria rural familiar, ora considerada uma instituição formalmente legalizada, ora vista como o espaço de transformação de matéria-prima oriunda da agricultura familiar para subsistência, com ou sem a pretensão de sua comercialização, definida como agroindústria formal ou informal.

A agroindustrialização no meio rural segue as diferentes dinâmicas dos territórios agrícolas. Ainda assim, há consenso sobre o papel central da agricultura familiar na diversidade alimentar dos brasileiros, evidenciando sua relevância social (Cruz, 2020; Mior, 2005; Waquil *et al.*, 2013; Wilkison, 2008). Este tipo de empreendimento tem significativa importância para a segurança alimentar, geração de empregos, aumento da renda local e promoção do desenvolvimento rural. Além disso, contribui para a estabilidade financeira dos agricultores, reduzindo o êxodo rural, preservando identidades culturais e fortalecendo o mercado regional (Mior, 2005; Conteratto *et al.*, 2021; Wesz Junior, 2023).

As transformações no espaço rural brasileiro são amplamente documentadas pelas séries temporais dos Censos Agropecuários divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal fonte de dados secundários com abrangência nacional e metodologia padronizada (Wesz Junior, 2023). Os parâmetros adotados nos recenseamentos realizados no “Brasil Agrário” estão em concordância com os conceitos básicos propostos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization – FAO) (IBGE, 2012; 2019).

A carência de dados estáticos oficiais está, em parte, relacionada às diferenças conceituais sobre a agroindustrialização da pecuária apresentadas por órgãos governamentais. A exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o sistema

de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) apresentam variáveis e características não consensuais da agroindústria rural familiar (Cruz, 2020; Wesz Junior, 2023). Embora o IBGE utilize o sistema do CNAE para classificar e registrar o número de agroindústrias, os dados não correspondem aos registros mantidos nos cadastros econômicos municipais, que atuam como órgãos reguladores (Waquil *et al.*, 2013). Isso sugere uma divergência entre as fontes, evidenciando diferenças nos critérios de categorização.

Apesar da ampla discussão acadêmica sobre agroindústria na agricultura familiar, este estudo se fundamenta na observação empírica das inconsistências quantitativas nos registros oficiais relativos às agroindústrias. Diante do exposto, o estudo tem como objetivo realizar um levantamento comparativo entre os estabelecimentos agropecuários que declaram ao Censo Agropecuário possuir agroindústrias, e os cadastros de empresas formalmente registradas, ou seja, as empresas com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na cidade de Guatambu-SC, escolhida devido à proeminência da agricultura familiar em sua economia: segundo o IBGE (2019), esse modelo de produção corresponde a 87% dos estabelecimentos locais do município.

Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, articulando análise documental, triangulação de fontes secundárias e leitura crítica dos dados. Foram utilizados dados dos Censos Agropecuários do IBGE (2006 e 2017), cruzados com informações obtidas junto ao setor de tributos da Prefeitura Municipal de Guatambu-SC. A estratégia metodológica inclui o uso da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) como ferramenta de categorização cruzada, visando identificar diferentes níveis de formalização das agroindústrias familiares rurais. A revisão bibliográfica sustenta a análise interpretativa e amplia a discussão sobre os limites conceituais e institucionais da categorização da agricultura familiar

O arcabouço conceitual do trabalho está organizado da seguinte forma: além desta introdução, a seção 2 aborda a agroindústria em seu contexto e suas diferentes características, a seção 3 apresenta os procedimentos metodológicos. A seção 4 traz o panorama da agroindústria em Santa Catarina, com destaque para o estudo de caso do município de Guatambu (item 4.1); e as seções 5 e 6 descrevem os resultados e as considerações finais, respectivamente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Características das agroindústrias rurais

O segmento agroindustrial rural é fundamental para a economia local, contribuindo para o aumento do rendimento das famílias e o desenvolvimento rural. No Brasil, o número de agroindústrias atinge a marca de 852.639, predominantemente familiares – cerca de 84,5% –, enquanto as não familiares correspondem a 15,5% deste total (IBGE, 2019). Esses dados demonstram a relevância deste tipo de produção para a segurança alimentar (Wilkinson, 2002; Mior, 2005; Wesz Junior, 2023).

A agroindústria rural familiar envolve o beneficiamento e processamento de alimentos, em espaços exclusivos, ou mesmo adaptados – seja na propriedade rural ou em associações, tanto legalizadas quanto informais. Caracteriza-se pelo valor agregado na transformação do produto e/ou matéria-prima de parte da sua produção agrícola, realizada em pequena escala, com mão de obra e comercialização realizadas pelo agricultor familiar (Cruz, 2020; Gazolla, 2013; Karnopp *et al.*, 2019; Mior, 2005). Na Figura 1, são representadas graficamente as características da agroindústria, com base nos trabalhos de Cruz (2020) e Mior (2005).

A Figura 1 apresenta características gerais das agroindústrias, demonstrando que a reprodução social da agricultura familiar engloba o sistema agroindustrial, pela diversificação em pequena escala de produção, sustentada por redes de relacionamentos sociais e de mercado (Wilkinson, 2002). Presente em todas as regiões brasileiras, a agricultura familiar representa a principal fonte econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, responsável por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (IBGE, 2019).

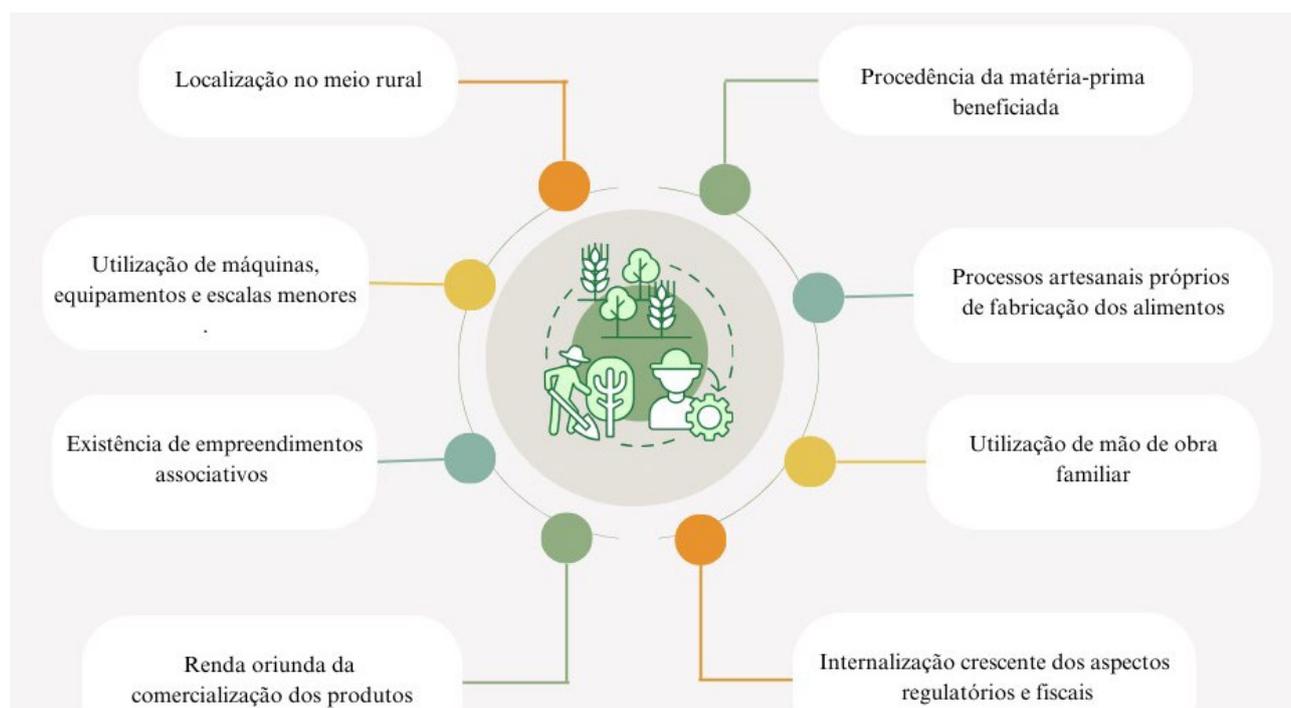


FIGURA 1 – Características gerais da agroindústria familiar
Fonte: Adaptado de Mior (2005); Cruz (2020)

No que concerne à capacidade de produção das agroindústrias, esta deriva simultaneamente da disponibilidade de matéria-prima e da mão de obra familiar, com destaque para a diversidade na produção de alimentos (Torrezan; Cascelli; Diniz, 2017). Dentre as diversas características do segmento agroalimentar, observa-se que sua infraestrutura permite a manufatura de artigos agropecuários de origem animal e/ou vegetal, com matéria-prima *in natura*, gerando valor agregado ao produto (Karnopp *et al.*, 2019; Cruz, 2020).

Sob perspectiva de valor, os estudos de Mior (2005) corroboram que a produção simultaneamente apresenta valor de uso e de troca, tendo os artigos informalmente elaborados em instalações domésticas maior valor de uso do que de troca. Entretanto, a agricultura familiar enfrenta dificuldades econômicas, sociais e institucionais que condicionam sua manutenção estrutural à comercialização de sua produção, fatores que se tornam determinantes para a resiliência deste modo produtivo, mesmo que o valor de troca seja marginalizado (Davanzo; Moreira, 2024; Gazolla, 2013; Ploeg, 2008). Nesse contexto, os custos produtivos resultam em baixa rentabilidade quando comparados ao processo de transformação (Ploeg, 2018).

No que tange à informalidade da atividade agroindustrial, geralmente identificada como de pequeno porte, as dificuldades na organização dos insumos produtivos e na gestão comprometem sua sustentabilidade. Não obstante, a ausência de controle nas operações administrativas e na fiscalização sanitária faz com que muitas das instalações agroindustriais familiares não cumpram as recomendações exigidas, permanecendo na informalidade (Karnopp *et al.*, 2019).

Por outro lado, os estudos de Wilkinson (2008) apontam que não há resistência por parte do mercado consumidor em relação à informalidade na produção, especialmente considerando o aumento da demanda por esses produtos. Mantidas pela reputação de qualidade do produto, essas transações se consolidam por meio de relações sociais e pela confiança no agricultor, o que possibilita o acesso ao mercado independentemente de

ações mercadológicas ou regulatórias por parte das agroindústrias (Wilkinson, 2008).

Ainda segundo o autor, a aceitação desse modo de comercialização não é vista como uma barreira, mas também não impulsiona a expansão nem a busca de novos mercados pelas pequenas agroindústrias, que se mantêm em torno dos relacionamentos sociais já existentes. Enraizada na cultura, “[...] a agroindústria familiar valoriza as tradições e os costumes, por meio da comercialização de produtos regionais, cujas receitas tradicionais são repassadas de geração para geração.” (Torrezan; Cascelli; Diniz, 2017, p. 11).

Para tanto, esse segmento agropecuário, por vez invisível, depende da implementação de políticas públicas e instituições para sua manutenção socioeconômica (Gazolla, 2013; Cruz, 2020). Em relação as políticas públicas na agricultura familiar, deve-se considerar que pouco se avançou na discussão para um marco regulatório específico para esse tipo de produção e sua comercialização, o que impede a inserção de alimentos processados de forma tradicional e/ou artesanal no mercado formal (Cruz, 2020).

Na seção seguinte, apresenta-se uma breve contextualização da reconfiguração das agroindústrias rurais e dos critérios básicos da formalização jurídica dessas empresas como mecanismo regulador.

2.2 A reconfiguração das agroindústrias rurais

A agroindústria familiar desempenha um importante papel no desenvolvimento territorial, ao incorporar diversidade de matérias-primas e insumos regionais em suas atividades produtivas, além de contribuir para reconfiguração de sistemas agroalimentares, como, no caso, produtos agroecológicos (Mior, 2005). Esses fatores decorrem da revalorização dos produtos e especiarias locais, como alimentos, frutas, artesanatos e outros (Wilkinson, 2008).

A crescente valorização social e econômica está diretamente associada tanto a produtos agrícolas quanto a não agrícolas – como turismo rural, serviços de lazer e outras atividades não diretamente vinculadas à

agricultura (Cruz, 2020; Mior, 2005). A reconfiguração da agroindústria familiar relaciona-se intimamente com a transição do processo produtivo, conforme representado na Figura 2, motivado pelas mudanças e tendências observadas no contexto rural (Ploeg, 2018).

A Figura 2 apresenta fatores que condicionam a agricultura familiar a repensar sua forma de produção. Ainda, tem-se a crise dos processos de modernização da agricultura, que muitas vezes se concentram na mecanização e no uso intensivo de insumos, enfrentando desafios que não necessariamente garantem a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais (Ploeg, 2018). A exclusão da pequena produção agrícola de alimentos dos mercados afeta diretamente a agregação de valor dos produtos, submetendo os produtores familiares às longas cadeias produtivas, dominadas pelas agroindústrias capitalizadas (Prezzoto, 2016).

O processo de agroindustrialização relaciona-se à reconfiguração dos sistemas alimentares. Conforme Waquil *et al.* (2013, p. 13), esse processo está correlacionado com fatores associados à “[...] revalorização dos produtos locais e especialidades, a crescente importância social e econômica das atividades rurais não agrícolas, a crise dos processos de modernização da agricultura, consumidores mais exigentes em termos alimentares, a volta dos habitantes urbanos ao espaço rural”, tem contribuído para as transformações no setor agropecuário.

A reprodução das agroindústrias está limitada pela capacidade de orientação e agregação de valor de sua produção, exigindo dos pequenos agricultores resiliência em meio ao cenário de modernização

no campo (Ploeg, 2008). Frente à pluralidade da dinâmica agroindustrial familiar, pode-se atribuir, em parte, suas múltiplas facetas socioeconômicas tanto à falta de informações quanto à ausência de políticas públicas para expansão e consolidação (Gazolla, 2013). Considera-se ainda a falta de políticas públicas que apresentem condições pertinentes ao processamento e comercialização das agroindústrias rurais (Cruz, 2020; Davanzo; Moreira, 2024; Gazolla, 2013).

Nesse sentido, a regularização jurídica apresenta-se como uma medida viável para que as agroindústrias possam avançar no processo de expansão produtiva e de mercados. Entretanto, a regularização é um requisito legal, e algumas instituições oferecem apoio nessa etapa, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e outras (Torrezan; Cascelli; Diniz, 2017).

O debate sobre a formalização das agroindústrias rurais familiares é amplo na literatura (Karnopp *et al.*, 2019) e aponta hipóteses para que muitos agricultores permaneçam na informalidade, como as taxas de imposto, que acarretam mais custos de produção, e a questão da seguridade social. O produtor rural é enquadrado para fins previdenciários como “segurado especial”, o que significa que produz em regime de economia familiar. A regularização jurídica da agroindústria acarreta a perda desse *status* e gera deveres previdenciários, fazendo com que os membros da família passem a ser considerados empregados rurais, regidos por outra legislação tributária (Karnopp *et al.*, 2019).

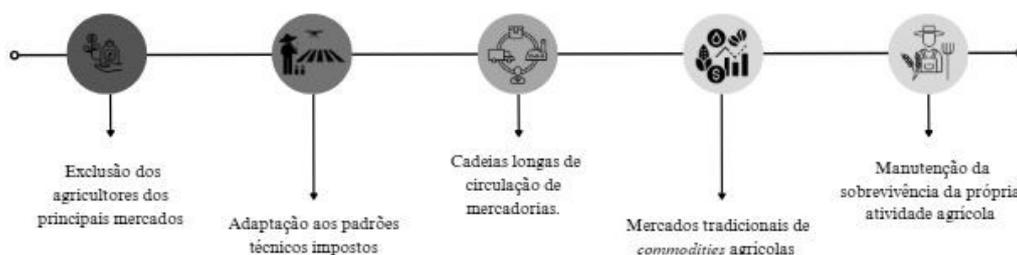


FIGURA 2 – Motivadores da reconfiguração dos sistemas agroindustriais

Fonte: Adaptado de Ploeg (2018) e Prezzoto (2016)

Para que uma empresa seja legalmente reconhecida como tal, é ditame no país que possua o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (Karnopp *et al.*, 2019). O CNPJ é um número único e exclusivo, atribuído pela Receita Federal, que permite a identificação fiscal das empresas na formalização da atividade econômica. Ademais, a legalização é necessária para os trâmites burocráticos, como a emissão de notas fiscais, abertura de conta bancária, entre outros, garantindo a segurança jurídica de suas operações.

Apesar da notável importância socioeconômica da atividade de industrialização de alimentos por agricultores para o desenvolvimento rural, os estudos que tratam de agroindústrias familiares rurais informais ainda são incipientes, (Cruz, 2020; Ploeg, 2008). A ausência de dados pertinentes à clarificação do cenário das agroindústrias informais reflete também um indicativo da invisibilidade do setor (Cruz, 2020).

Diante da necessidade da coleta de dados, o IBGE realiza pesquisas condicionantes para apuramento das atuais condições deste segmento da agricultura brasileira. Seu banco de dados é disponibilizado publicamente para estudos sociodemográficos, seja da área acadêmica, seja de instituições governamentais, e outras mais. A próxima seção discorre sobre a metodologia usada pelo IBGE para suas publicações.

2.3 Critérios de Classificação das Agroindústrias Rurais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Os Censos Agropecuários realizados pelo IBGE apresentam os dados sobre os números, as áreas e as características dos estabelecimentos agropecuários e dos trabalhadores rurais, e indicam a quantidade do que se produz na lavoura, na pecuária, nas agroindústrias, além de demais informações relevantes ao cenário rural (IBGE, 2024). O

levantamento dos dados pelo IBGE é orientado de acordo com a diversidade regional do país, considerando a realidade demográfica, econômica e social. No caso dos rurais, os resultados são disponibilizados pelo Censo Agropecuário.

Para fins de levantamento do número de unidades recenseáveis do Censo Agropecuário, o IBGE caracteriza a agroindústria como todo estabelecimento agropecuário que realiza o processamento de qualquer tipo de matéria-prima própria ou adquirida de outros produtores ou agremiações de origem animal ou vegetal. As únicas condições são de que o produto seja manufaturado no próprio estabelecimento ou mesmo em outras instalações, como comunitárias ou de terceiros, e de que a destinação final seja controlada pelo produtor (IBGE, 2019).

Um exemplo de como foi classificado a agroindústria familiar pelo IBGE pode ser ilustrado pelo estabelecimento rural que cultiva cana-de-açúcar e realiza o processo de beneficiamento da matéria-prima em açúcar, rapadura, cachaça, entre outros, em suas instalações. Neste caso, a cana-de-açúcar é cultivada, seu processamento em derivados é feito no próprio estabelecimento rural (dentro da porteira), e o produto final é comercializado pelo próprio agricultor.

De acordo com o relatório de pesquisa divulgado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), elaborado por Waquil *et al.* (2013), o método de pesquisa definido pelo IBGE, estabelece uma sucessão de condicionantes na análise da atividade agroindustrial rural, principalmente para identificar e quantificar a participação de pequenos estabelecimentos industriais, geralmente familiares, que se dedicam à fabricação e à comercialização de seus produtos (Waquil *et al.* 2013; Cruz, 2020). Outro fator a ser considerado, quanto às estatísticas oficiais do IBGE, são as informações imprecisas quanto à informalidade do número de agroindústrias familiares.

Desta forma, Waquil *et al.* (2013) apontam que o Censo Agropecuário permite aferir dados relativos ao processamento dos estabelecimentos agropecuários sem a distinção de agricultores e agroindústrias. Ou seja, entende-se que os parâmetros censitários classificam a agroindústria rural com base nas atividades realizadas dentro das instalações agrícolas, cujo enfoque é dado na produção agroindustrial, ou seja, na transformação de matérias-primas para autoconsumo e/ou também a venda direta de produtos com maior valor agregado ao mercado consumidor.

3. ARRANJO METODOLÓGICO

O procedimento metodológico do estudo se caracteriza sob a perspectiva de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, por realizar uma análise comparativa de caráter simplificado, voltado à compreensão de um processo específico, e que pondera aspectos proeminentes para o fenômeno a ser compreendido (GODOY, 1995). A pesquisa baseou-se nos dados definitivos do Censo Agropecuário 2006 e 2017 divulgados pelo IBGE. Paralelamente, empregaram-se os dados do Departamento de Tributos do município de Guatambu-SC referentes ao número de agroindústrias familiares.

A metodologia foi ampliada intencionalmente pelo uso de triangulação de fontes e de técnicas de categorização cruzada, articulando dados quantitativos com uma abordagem qualitativa interpretativa. Isso permitiu captar discrepâncias estruturais na representação oficial da agroindústria familiar rural, oferecendo subsídios analíticos relevantes para o debate acadêmico e institucional.

Os dados da pesquisa foram obtidos a partir das informações apresentadas no Quadro 1, especificamente pela variável “número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)”. Esses dados foram coletados a partir da divulgação pública dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017,

realizados pelo IBGE e disponibilizados em formato de acesso aberto.

A seleção dessas tabelas priorizou aquelas que, além de contemplarem os indicadores da agricultura familiar, também apresentavam desdobramentos sobre atividades agroindustriais e suas tipologias. Essa escolha metodológica permitiu estabelecer uma linha de base comparativa entre os dois censos, respeitando as alterações de categorias e codificações implementadas entre os períodos.

A partir destes dados do IBGE (2012, 2019), expostos no Quadro 1, foram identificadas as características gerais da agricultura familiar e das agroindústrias rurais no cenário estadual e municipal. Estes dados são de acesso público no sítio digital do IBGE, diferentemente do registro de formalização de empresas.

Além da análise quantitativa das tabelas, realizou-se uma leitura crítica dos indicadores disponibilizados, com foco na forma de categorização utilizada pelo IBGE, especialmente no que tange à definição de agroindústria rural e sua vinculação à agricultura familiar. Essa abordagem permitiu tensionar os limites conceituais empregados pelas instituições públicas, elemento central na discussão do presente trabalho.

Em relação às informações sobre a formalização jurídica das agroindústrias municipais, realizou-se a coleta de dados na Prefeitura Municipal de Guatambu, no Setor de Tributos, por meio de protocolo físico, registrado na Secretaria de Administração para fins de controle interno e em conformidade a Lei de Acesso à Informação n.º 12.527/2011.

De posse deste relatório, estabeleceram-se filtros de pesquisa, conforme as principais categorias da tabela CNAE relacionadas à agroindústria, dispostas no Quadro 2, utilizado para padronizar as atividades econômicas em todo o país, e a localização do estabelecimento, definida no documento como “logradouro”.

QUADRO 1 – Tabelas dos Censos Agropecuários 2006 e 2017

TABELA SIDRA IBGE	ANO
1109 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar	2006
1278 - Agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, segundo indicadores da agricultura familiar e não familiar – FAO	2006
1431 - Número de estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, e Área dos estabelecimentos por utilização das terras e sexo do dirigente	2006
6753 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras e sexo do produtor	2017
6761 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), condição do produtor em relação às terras e grupos de área total	2017
6960 - Produção, Venda e Valor da produção e Valor da venda na agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da agroindústria rural, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica	2017
9031 - Produção, Venda e Valor da produção e Valor da venda na agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários, por cor ou raça do produtor, produtos da agroindústria rural, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica	2017

Fonte: As autoras, baseada nos resultados definitivos Censos Agropecuários 2006 e 2017 (IBGE, 2012, 2019).

QUADRO 2 – Principais categorias CNAE relacionadas à agroindústria

Categorias	Códigos
Seção A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	01.1 - Cultivo de cereais, leguminosas e oleaginosas
	01.2 - Horticultura e floricultura
	01.3 - Produção de sementes e mudas certificadas
	01.4 - Pecuária
	01.5 - Produção florestal
	01.6 - Pesca e aquicultura
Seção C - Indústrias de Transformação	10.1 - Abate e fabricação de produtos de carne
	10.2 - Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado
	10.3 - Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
	10.4 - Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais
	10.5 - Fabricação de laticínios
	10.6 - Moagem de trigo e fabricação de produtos de panificação
	10.7 - Fabricação de açúcar
	10.8 - Fabricação de alimentos preparados
	10.9 - Fabricação de rações balanceadas para animais
	11.0 - Fabricação de bebidas
12.0 - Fabricação de produtos do fumo	

Fonte: As autoras, baseadas no IBGE, 2004

O uso da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) como critério de filtragem possibilitou identificar estabelecimentos com atividades agroindustriais, mesmo quando a terminologia “agroindústria” não constava expressamente nos registros municipais. Isso porque tais atividades estão distribuídas em diferentes seções da CNAE, relacionadas tanto à produção agrícola

quanto ao processamento de produtos agropecuários, o que impede sua identificação por uma categoria única. Essa estratégia metodológica reforça a acurácia da comparação proposta, ao permitir o reconhecimento de diferentes níveis de formalização das atividades no meio rural, sobretudo no que se refere às múltiplas formas de organização produtiva das agroindústrias familiares.

A categorização proposta no Quadro 02 foi organizada com base em um mapeamento analítico das seções “A” e “C” da CNAE, consideradas estratégicas para o escopo desta pesquisa. A análise partiu do princípio de que muitas agroindústrias familiares mantêm estruturas híbridas entre produção primária e transformação, o que exige um olhar transversal sobre os códigos registrados.

Para fins de análise comparativa, cruzaram-se os dados dos últimos Censos Agropecuários com as informações de acesso local da Prefeitura Municipal. Deste modo, a análise dos estudos buscou revelar os diferentes números que estão presentes no espaço rural por meio de uma base de dados abertos de ampla abrangência, como a do IBGE, e outra também pública, porém com acesso cerceado ao órgão municipal.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos procedimentos metodológicos descritos, apresentam-se a seguir os principais resultados obtidos a partir da análise comparativa entre os dados do IBGE e os registros municipais de Guatambu. A discussão é construída à luz da literatura, buscando interpretar as divergências identificadas

e suas implicações para o reconhecimento e a formalização das agroindústrias familiares rurais.

4.1 Panorama da agroindústria rural em Santa Catarina

Parte-se do pressuposto de que a agroindústria rural no país é formada principalmente pela agricultura familiar, representando cerca de 84,5% das agroindústrias do país (IBGE, 2019). No mesmo cenário nacional, o estado catarinense é caracterizado pela presença da agricultura familiar, que representa a maior parte das propriedades rurais. De acordo com o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), em torno de 78,12% dos estabelecimentos agropecuários se enquadram como agricultura familiar e 21,88% como a não familiar, no total de mais de 183 mil estabelecimentos agropecuários. Postos estes números, comprova-se o estímulo socioeconômico deste tipo de atividade no estado, predominantemente agrícola e rural.

No que tange ao número de agroindústrias de acordo com o Censo Agropecuário 2017, o Estado possui 38.286 organizações. Destas, 85,75% representam a agroindústria familiar, e 14,25% não familiar, (IBGE, 2019). O Gráfico 1, representa o comparativo do Censo Agropecuário 2006 e 2017 do quantitativo de agricultores e de agroindústrias familiares catarinenses.

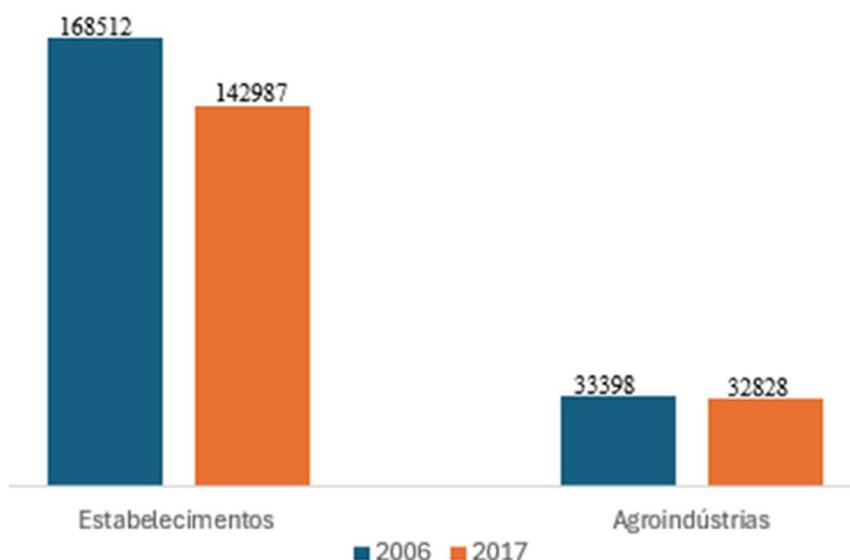


GRÁFICO 1 – Dados dos Censos Agropecuários 2006, 2017

Fonte: Censo Agropecuário 2006, 2017 (IBGE, 2012, 2019)

De acordo com gráfico, no Censo Agropecuário 2006, Santa Catarina reunia por volta de 168 mil estabelecimentos agropecuários classificados como unidades familiares (IBGE, 2012). Quando verificada a série histórica da agricultura familiar no estado divulgada pelo IBGE (2012, 2019), obteve-se uma redução de mais de 15% no resultado consolidado no período.

Essa redução no número de estabelecimentos familiares pode ser atribuída a diversos fatores, como o envelhecimento da população rural, a migração para centros urbanos, a falta de assistência técnica e de políticas públicas adequadas, entre outros (Cruz, 2020; Gazolla, 2013; Mior, 2005). Apesar disso, a agroindústria familiar continua sendo uma alternativa estratégica para agregar valor à produção primária, promovendo a permanência das famílias no campo.

O fortalecimento dessa atividade depende diretamente da articulação entre políticas públicas, infraestrutura adequada e mecanismos de regularização, como a formalização jurídica via CNPJ, que viabiliza o acesso a mercados institucionais e canais de comercialização mais amplos (Gazolla, 2013; Karnopp *et al.*, 2019). Assim, compreender a evolução dos dados censitários e sua relação com os registros oficiais é essencial para o desenho de políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

A seguir, a análise da agroindústria ocorrerá em um município de pequeno porte a fim de se entenderem as dinâmicas locais. Esta abordagem não esgota as possibilidades de análise, mas possibilita identificar os diferentes graus de interação com o mercado em municípios considerados de pequeno porte.

4.2 Registro de CNPJs e os dados do Censo Agropecuário: Estudo de caso no município de Guatambu-SC

Localizado na Mesorregião do Oeste de Santa Catarina, Guatambu possui uma população de 8.425

habitantes, distribuídos em 62,7% na área rural e 37,3% na área urbana (IBGE, 2019; IBGE, 2022). A base econômica do município é formada pelo setor agropecuário, com ênfase na produção de soja e milho, e na pecuária leiteira. Neste contexto, estão presentes as agroindústrias, e a dinâmica socioeconômica das pequenas propriedades e da agricultura familiar.

No apuramento do Censo Agropecuário 2017, o número total de propriedades rurais do município soma 582 unidades, das quais a agricultura familiar está presente em 87%, e aproximadamente 13% pertencentes à agricultura não familiar (IBGE, 2019). Ao selecionar o Censo Agropecuário 2006, representado no Gráfico 2, observa-se a proeminência da agricultura familiar em relação à não familiar no município.

O Gráfico 2 mostra o total de estabelecimentos agropecuários, demonstrando que eles aumentaram no município tanto em relação ao número total – cerca de 9,6% – quanto ao de unidades familiares, somando um acréscimo de mais de 15%. A relação das propriedades rurais não familiares apresenta-se menor em 2017, com uma diminuição de aproximadamente 20%, resultado da expansão de pequenas propriedades.

A partir dos dados, se observa que, enquanto no estado houve uma diminuição no número de propriedades familiares, no município de Guatambu fica evidente a expansão da agricultura familiar. Este crescimento local pode ser atribuído a políticas públicas de apoio ao pequeno produtor, como o PRONAF, às associações de agricultura familiar e ao fortalecimento das cooperativas agrícolas, que têm desempenhado um importante papel na sustentabilidade e desenvolvimento econômico da região (Mior, 2005).

Na administração dos estabelecimentos rurais familiares, a responsabilidade masculina predomina, representando mais de 88% dos gestores. Em contrapartida, a presença feminina é observada em

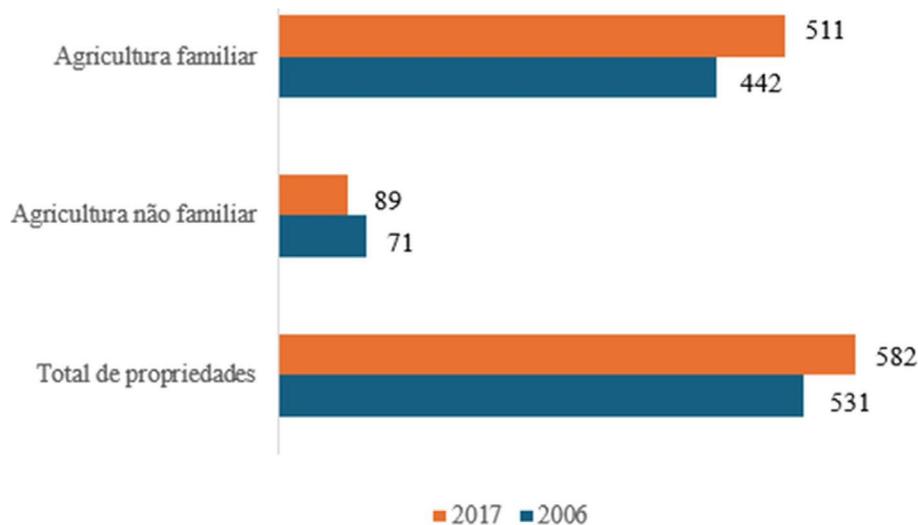


GRÁFICO 2 – Levantamento das propriedades rurais de Guatambu de 2006 a 2017

Fonte: Censo Agropecuário 2006, 2017 (IBGE, 2012, 2019)

Nota: O Censo Agropecuário 2006, considerou a definição de Agricultura familiar - Lei 11.326

cerca de 12% das unidades agropecuárias (IBGE, 2019). Essa disparidade reflete a tradicional divisão de papéis no meio rural, reverberadas por fatores culturais e históricos que continuam a influenciar na distribuição de responsabilidades na gestão das propriedades.

Entretanto, os dados censitários demonstram que a gestão feminina vem aumentando sua participação: de 12,6% para 18,6% entre 2006 e 2017, no cenário nacional (IBGE 2012; 2019). Estes números contribuem para a coleta de informações sobre políticas públicas e editais, e aos esforços da Agenda 2030 no que tange ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – equidade de gênero (EMBRAPA, 2022).

Quanto à questão de gênero, os dados dos censos não identificaram esta variável na administração direta das agroindústrias. Porém, a maior parte das tarefas no ambiente doméstico fica por conta das mulheres, o que associa o modo de produção com as características dos produtos da agroindústria familiar, ficando evidente a participação feminina em toda a cadeia produtiva (Mior, 2005; Wesz Junior, 2023).

Dentro da categoria de agroindústria, a trajetória dos estabelecimentos agropecuários em Guatambu saltou de 33 unidades, em 2006, para 81 unidades agroindustrial em 2017, o que representa um aumento

de mais de 145% em 11 anos (IBGE, 2012; 2019). Do montante apontado pelo IBGE (2019), das 81 instalações, 78 delas são definidas como agroindústria familiar, e três como não familiar. Portanto, aproximadamente 97% são ditas como agroindústria familiar, e cerca de 3% como não familiar.

De acordo com os cadastros econômicos do órgão municipal, Guatambu possui 188 empresas atuando em diversos segmentos comerciais e industriais. Desse total, 48 estabelecimentos correspondem a agroindústrias, dos quais 39 são classificados como agroindústrias rurais familiares; 5 como agroindústrias não familiares; e 4 como cooperativas, das quais 3 são filiais pertencentes à mesma cooperativa agroindustrial (Prefeitura Municipal de Guatambu, 2024).

Essa distribuição evidencia a predominância da agricultura familiar no cenário agroindustrial local, padrão que se alinha às características tanto do estado de Santa Catarina quanto da região oeste catarinense. Guatambu, assim como outros municípios da região, concentra sua economia em atividades agrícolas e agroindustriais, apresentando capacidade produtiva que supera a demanda local e regional (Mior, 2005).

Em razão da inserção de cooperativas agroindustriais e frigoríficos de abate e processamento de ração e proteína animal, Guatambu abriga o maior *cluster* deste segmento da América Latina, conforme estudo de Mior (2005). As cooperativas estabelecidas no município e nos redores são modelos no processo bem-sucedido de integração agroindustrial, responsáveis por boa parte da geração de emprego e renda local, contribuindo significativamente com o Produto Interno Bruto (PIB) (Mior, 2005). Ainda conforme o autor, embora esse complexo agroindustrial desencadeie alguns debates críticos voltados à poluição ambiental, exclusão de pequenos agricultores, êxodo rural e outros critérios restritivos, esse modelo de agroindustrialização contribui de forma significativa com o desenvolvimento endógeno da região.

Consequentemente o número de agroindústrias rurais familiares registrado pelo IBGE também difere do encontrado nesta pesquisa: de 78 para 39 estabelecimentos, respectivamente. O Censo Agropecuário 2017 apurou três unidades agroindustriais rurais não familiares, sendo o número de estabelecimentos economicamente ativos correspondente a nove. Essa última relação, demonstra a relatividade encontrada nos levantamentos feitos pelo IBGE, pois, destes nove estabelecimentos, cinco já haviam registrado formalmente seus empreendimentos no intervalo compreendido entre 1987 e 2012 (Prefeitura Municipal de Guatambu, 2024).

As incompatibilidades entre os registros municipais e os dados do Censo Agropecuário do IBGE geram impactos diretos no contexto das pequenas agroindústrias rurais (Cruz, 2020; Karnopp *et al.*, 2019), tais como a ausência de políticas públicas, que regulamentam a atividade econômica, reproduzindo uma maior informalidade no setor (Gazolla, 2013). Ademais, a confiabilidade dos dados impacta diretamente na capacidade do município de atrair investimentos e implementar programas de desenvolvimento econômico.

4.3 Inconsistências entre registros do IBGE e CNPJ de agroindústrias familiares em Guatambu-SC

Toda transação de comercialização de mercadorias e/ou serviços deve ser prestada por empresa legalmente constituída, demandando licenças fiscais, sanitárias e previdenciárias, independentemente da atividade econômica. Essas exigências visam garantir que a empresa possa responder por eventuais danos causados a consumidores, ao meio ambiente, pelas obrigações tributárias, entre outras responsabilidades. Logo, compreende-se que a terminologia “agroindústria” — seja ela familiar ou não, independentemente do seu porte — deve estar associada a uma pessoa jurídica formal, ou seja, possuir CNPJ (Cruz, 2020; Karnopp *et al.*, 2019).

Embora o CNPJ seja necessário para a formalização da atividade econômica e o cumprimento de obrigações fiscais, não é o critério usado pelo IBGE para definir o que constitui uma agroindústria rural, pois o foco da instituição está nas atividades realizadas, e não na formalização jurídica. Portanto, no contexto dos levantamentos do IBGE, a classificação de uma agroindústria rural não depende da existência de CNPJ, mais sim de aspectos relacionados à produção e transformação de produtos dentro do próprio estabelecimento agropecuário e ao fato do controle sobre a destinação final desses produtos ser feita pelo agricultor (Davanzo; Moreira, 2024; Gazolla, 2013).

Para ilustrar a disparidade entre os números de agroindústrias rurais registradas pelo IBGE e pelos registros municipais, foi elaborado um gráfico comparativo (Gráfico 3). Este gráfico fornece uma visualização das diferenças encontradas, destacando as possíveis implicações destes diferentes resultados para o desenvolvimento econômico e social da cidade de Guatambu-SC.



GRÁFICO 3 – Registro de Agroindústrias Rurais em Guatambu-SC

Fonte: Elaborado com dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017); Prefeitura Municipal de Guatambu (2024)

Como pode ser observado no Gráfico 3, há uma variação significativa entre os dados do IBGE e os registros municipais. A coleta de dados realizada pelo IBGE segue procedimentos obrigatórios uniformes para todas as unidades federativas. Assim, o fenômeno observado em Guatambu repete-se em diversos outros municípios brasileiros.

Vários fatores podem contribuir para tais desencontros de informações, como critérios de classificação distintos, métodos de coleta de dados diferenciados, falhas na comunicação entre os agricultores e licenciadores, ou mesmo entre os órgãos responsáveis pelo registro. Outra questão relevante está na frequência de atualização dos dados: enquanto o IBGE realiza censos periodicamente, os registros municipais podem ser atualizados com maior regularidade, refletindo mudanças mais recentes no número de agroindústrias (Cruz, 2020; Karnopp *et al.*, 2019).

Buscando compreender as causas dessas divergências entre os registros, verifica-se que, com exceção dos critérios conceituais adotados pelos agentes de pesquisa ou instituições fiscais, algumas transações decorrentes da agricultura familiar são isentas da exigência de CNPJ (Davanzo; Moreira, 2024). Na forma de comercialização, os principais

canais de venda são: diretos com o produtor, em sua unidade rural, e muitas vezes, com aplicativos de mensagens; em feiras locais e regionais; por intermediários; via programas institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Davanzo; Moreira, 2024; Mior, 2005; Wesz Junior, 2023; Wilkison, 2008).

A falta de tipologia das instalações rurais pode ser entendida como uma barreira para identificar os parâmetros precisos da agroindústria familiar rural. Os resultados evidenciaram uma lacuna expressiva entre os registros oficiais de CNPJ das agroindústrias familiares rurais e os dados levantados pelo IBGE, indicando uma possível subnotificação da realidade ou superestimativa da atividade agroindustrial. Essa divergência pode ser interpretada à luz das discussões de autores como Cruz (2020) e Karnopp *et al.* (2019), que apontam os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no processo de formalização, incluindo as exigências legais, os custos associados e a possível perda do enquadramento previdenciário como segurado especial.

Os resultados obtidos reforçam a literatura que aponta a relevância das agroindústrias familiares como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar

e de desenvolvimento territorial. Autores como Davanzo e Moreira (2024; Mior (2005); Wilkison (2008) e Wesz Junior (2023) destacam que o acesso a mercados institucionais, como o PNAE, amplia as possibilidades de agregação de valor e gera maior estabilidade econômica para os empreendimentos.

No entanto, os dados também revelam desafios operacionais e burocráticos persistentes, aspecto também evidenciado por Cruz (2020); Gazolla (2013) e Karnop *et al.* (2019), que observa entraves relacionados à logística, à adequação sanitária e à falta de apoio técnico contínuo. Considerando que o conceito adotado tanto pela literatura quanto por órgãos federativos, como o IBGE, para designar a agroindústria rural de pequeno porte apresenta especificações incompatíveis entre si, a classificação e a avaliação da importância da atividade para a economia nacional tornam-se limitadas e, por vezes, imprecisas.

Dessa forma, os achados da pesquisa não apenas confirmam como também atualizam e aprofundam as discussões existentes, ao revelar nuances locais da implementação de políticas públicas e seus desdobramentos no cotidiano das agroindústrias familiares, impactando diretamente o desenvolvimento econômico do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de realizar um levantamento comparativo entre os estabelecimentos agropecuários que declaram no Censo Agropecuário possuir agroindústrias, e os cadastros de empresas formalmente registradas, levantaram-se nesta pesquisa, os dados dos Cadastros Econômico Municipal de Empresas Ativas, ou seja, empresas com CNPJ regular, no ano de 2024 no município catarinense de Guatambu. Identificaram-se no estudo diversos fatores que inferem nas informações desconstruídas da agroindustrialização agropecuária, sugerindo um alto grau de informalidade no setor.

Inicialmente, as transformações no cenário rural indicam que a vida rural e as atividades agrícolas estão se adaptando a novas realidades. Há uma valorização do local e do tradicional, uma diversificação das atividades econômicas no campo, e uma resposta a uma demanda crescente por produtos alimentares de melhor qualidade e produzidos de maneira sustentável, desencadeando uma lacuna na comercialização deste tipo de produto, amplamente aceito, reconhecido por valores socioculturais e vínculos afetivos.

Pode-se dizer que a comparação entre os números de agroindústrias entre as duas bases de dados revela diferenças significativas, pois estão-se comparando duas bases estatísticas que possuem critérios metodológicos de construção diferentes: o IBGE utiliza-se das definições oficiais das leis da agricultura familiar para realizar seus levantamentos censitários, e os municípios, dos critérios do CNAE, que é voltado às atividades empresariais.

A definição de agroindústria utilizada pelo IBGE é ampla e inclusiva, o que, hipoteticamente, resulta em números maiores nos dados censitários em comparação aos registros municipais baseados no CNAE. Esses achados, obtidos por meio deste exercício estatístico no município de Guatambu-SC, provavelmente podem ser extrapolados e aplicáveis a outros municípios brasileiros.

Por outro lado, o CNPJ é necessário para a formalização da atividade econômica e para as questões fiscais, por outro, não é o critério usado pelo IBGE para definir o que constitui uma agroindústria rural, pois o foco do IBGE está nas atividades de elaboração agroindustrial de alimentos e produtos, e não na formalização jurídica. Portanto, no contexto dos levantamentos do IBGE, a classificação de uma agroindústria rural não depende do CNPJ, e somam-se aos aspectos levados em conta pelo órgão estatístico os relacionados à produção e transformação de produtos dentro do próprio estabelecimento agropecuário e

ao fato do controle sobre a destinação final desses produtos ser feita pelo agricultor.

A principal contribuição deste trabalho está em evidenciar uma distorção relevante entre os dados fiscais e os censitários referentes às agroindústrias familiares rurais, revelando uma invisibilidade estatística que pode comprometer o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Ao confrontar registros municipais de CNPJ com os dados do IBGE, este estudo oferece uma perspectiva crítica sobre os critérios adotados para o reconhecimento formal da atividade agroindustrial familiar.

A partir do levantamento de informações realizadas neste estudo, pondera-se sobre a necessidade das normativas e sistemas de registro legais efetuem o cruzamento de informações, retratando de modo mais fidedigno a realidade dos municípios, além de que se estabeleçam definições e características homogêneas – como, no caso, a formalização jurídica de uma empresa – para o levantamento de pesquisas censitárias, haja vista que os dados secundários apresentados pelo IBGE são empregados amplamente para representação do cenário rural brasileiro.

Logo, a precisão nos dados é fundamental para identificar as necessidades locais e potencialidades das agroindústrias, promovendo um crescimento econômico sustentável e inclusivo. Portanto, dados unificados de critérios e registros, e maior integração entre as bases de dados municipais e federais, visa a uma representação mais precisa do panorama atual do setor agroindustrial.

Assim, o presente estudo corrobora a literatura ao demonstrar que, mesmo diante de uma atividade produtiva consolidada, muitos empreendimentos não constam nos cadastros oficiais por razões estruturais e regulatórias, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais sensíveis à realidade do campo. Nesse sentido, a pesquisa avança no campo do conhecimento ao propor que futuras metodologias

censitárias considerem, de forma mais integrada, a diversidade de formas organizativas e jurídicas das unidades produtivas rurais.

Dessa forma, a pesquisa se insere no campo da Sociologia Rural e das Políticas Públicas como uma contribuição que articula teoria e prática, oferecendo subsídios para pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil. Para estudos futuros, sugere-se a análise comparativa em cidades com diferentes contextos, considerando o censo demográfico, ou mesmo a análise de municípios de mesmo porte que a cidade de Guatambu, porém em outra região brasileira.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), projeto no. 423392/2021-2.

REFERÊNCIAS

- Cruz, F. T. (2020). Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58 (2), 01 -21.
- Conteratto, C., Matte, A., Spavenello, R. M. & Andreatta, T. (2021). Agroindústrias familiares rurais: um estudo dos empreendimentos do município de Constantina-RS. *Grifos*, 30(53), 94-113.
- Davanzo, B. B., & de Souza Moreira, V. (2024). Participação da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar da rede municipal de Varginha-MG. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, [S. l.], (26), 20-57.
- Embrapa. (2022, maio 12). *Observatório Mulheres Rurais do Brasil é lançado pelo Mapa*.
- Gazolla, M. (2013). Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. *Revista Ideais - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, 7 (2), 62-95.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 35 (3), 20-29.

- IBGE. (2012). *Censo agropecuário 2006: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. (2019). *Censo agropecuário 2017: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. (2024). *Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/classificacoes/11437-classificacao-nacional-de-atividades-economicas>
- Karnopp, E., Doege, F., Silva, J. V. L., & Umann, V. A. K. (2019). Formalidade x informalidade: Análise sobre as dinâmicas das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo (RS, Brasil). *Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional*, 16(1), 55–81. <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1200>
- Mior, L.C (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos.
- Ploeg, J. D. V. D. (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Ploeg, J. D, V. D (2018). *From de-to repeasantization: The modernization of agriculture revisited*. Journal of Rural Studies.
- Prefeitura Municipal de Guatambu. (2024). *Cadastro econômico 2024*. Guatambu: Prefeitura Municipal de Guatambu.
- Prezzoto, L. L. (2016). *Agroindústria da agricultura familiar: Regularização e acesso ao mercado*. Brasília, DF: CONTAG.
- Torrezan, R., Cascelli, S. M., & Diniz, J. A. (2017). *Agroindústria familiar: Aspectos a serem considerados na sua implantação*. Brasília, DF: Embrapa.
- Waquil, P. D., et al. (2013). O perfil da agroindústria rural no Brasil: Uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. In P. D. Waquil et al. (Orgs.), *Relatório de pesquisa*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130319_relatorio_perfil_agroindustria.pdf
- Wesz Junior, V. (2023). Agroindústria rural no Brasil: um panorama histórico (1960 - 2017). *Espaço e Economia*, 25, (1), 1-19.
- Wilkinson, J. (2002). Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micros e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 23, (2), 805-824.
- Wilkinson, J. (2008). *O estado, a agricultura e a pequena produção* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.